

A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PONTO DE VISTA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE EM 2002: A DIMENSÃO COMO UM ESTADO DIREITO DEMOCRÁTICO (ATUALIZADO, 2023)

Alexandre Gentil Corte Real Araújo, Carlos Boavida Tilman, Acácio Guterres Pereira, Carlos da Conceição de Deus, Artur Natalino C.R. Araújo, Hermínio Noronha

**Correspondence:* Alexandre Gentil Corte Real Araújo

Received: 23 July 2023; *Accepted:* 30 July 2023; *Published:* 05 Aug 2023

Citation: Alexandre Gentil Corte Real Araújo. A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PONTO DE VISTA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE EM 2002: A DIMENSÃO COMO UM ESTADO DIREITO DEMOCRÁTICO (ATUALIZADO, 2023). AJMCRR 2023; 2(8): 1-14.

Abstract

Introdução: Timor Leste foi desde sempre, um país decente se sucessivas tentativas de ocupação por parte de vários países tendo em conta a sua riqueza de bens materiais. Com a chegada dos portugueses no seu território iniciou-se o processo designado de colonização onde Timor Leste antigamente designado de colonização designado apenas de Timor, foi governado e administrado pelos portugueses durante século XV. Com o estabelecimento da constituição da República Democrática de Timor-Leste surge um país independente e democrático. De real caros direitos que estabeleceram ao povo timorense a dignidade e o respeito, bem como a libertação de cada um enquanto indivíduos.

Objetivos: Pretender analisar e expor os Direitos Fundamentais em Timor-Leste e a sua aplicação no contexto real de sistema jurídico no entanto o seu estabelecimento concreto nem sempre adapta à sua efetivação no plano verdadeiro, ou seja a uma boa governação de administração do território. Este artigo foi um estudo de revista literaturas com os varios de referências bibliográficas que discursar sob a efetividade dos direitos fundamentais do ponto de vista do constitucionalismo Timorense ou constituição da RDTL-República Democrática de Timor-Leste 2002 no quadro da dimensão como um estado de direito democrático.

Discussão: A constituição timorense garante os direitos se deveres dos seus cidadão , criou leis para que esse direitos possam a vir ser concretizados de uma forma legal e sistematicamente todos os povos podem ser envolvidos no sistema democrático.

Conclusão: Só assim que se cumprir o objetivo da efetividade dos direitos fundamentais do cidadão em relação à escolha das pessoas que querem como principal chefe do governo. Assim é constituído um estado direito democrático. Deste modo, adoptando todas estas necessidades o estado Timorense poderá de futuro realizar uma revisão constitucional, onde deverá incluir o tribunal constitucional de RDTL, separado de supremo tribunal de justiça, isto é possui de um tribunal independente, com vista uma competência judicial própria para julgar casos fraude de eleições e outro casos constitucionais em vigor citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

Palavras Chave: Direitos Fundamentais, Estado de Direito Democrático e Constituição da República de

INTRODUÇÃO

Historicamente, antes da chegada dos portugueses essa pequena ilha, existia na altura uma população de origem migrantes que bem ou oriundos da Índia e da China continental, que como passar dos tempos e foram designados por povos independentes timorenses, baseando-se nas suas culturas tradicionais, isto é enraizados os usos e costumes dos seus antepassados, alicerçando a sua espiritualidade na crença do poder vinculativo da natureza e das forças invisíveis¹. A sua mitologia animista e necrófoba entra no quadro genérico da mitologia e éticas primitivas do mundo da Indonésia. Cada povo tem a sua ação no seu lugar de culto num bosque sagrado, junto de uma fonte; e em cada cidade uma espedade tabernáculo, local terrível em que os profanos não se atreviam a penetrar logo que tenham a vista dos carneiros de búfalos que ensinam as suas sinistras portadas. São as residências dos *luliks* gentios protetores da tribo ou reino, quase que acham sobre as pedras sagradas, vinda do Sol². A mitologia e o severo ou separação que diz respeito por locais sagrados, são dois aspetos de grande importância para a cultura timorense. Atribui-se uma grande respeito aos rituais religiosos e também todos os seus antepassados sendo que a transgressão e infração de atos neste sentido pode levar mesmo à morte do transgressor ou transgressivo de acordo com a nossa crença, fé, esperança e caridade do universo citado por (Corte-Real AG & Tilman CB, 2023).

Antes da chegada dos portugueses, sobre viviam no meio do povo povos tradicionais, sendo os Liurais (Régulos), os governantes em Timor. Na aquela época, havia dois grandes reinos (dignidade imperial) que, praticamente, dominavam todo o território da ilha de Timor, dividida entre o reino de servidão, correspondente à parte ocidental da ilha (Timor Kupang ou Senobai) e belos, praticamente correspondente à parte oriental da ilha e aproximadamente ao que é hoje Timor Leste³. Timor foi uma das colónias de Portugal, que perduraram quatrocentos e cinquenta anos, tal como a colonização em África. As colónias portuguesas, no tempo da ditadura do regime de António de Oliveira Salazar, nos anos 50, viram o seu estatuto modificado, passando a ser designadas como províncias ultramarinas “Portugal pluricontinental e multirracial”, o território nacional do estado de Timor português desde o minho de Portugal até a Timor⁴. Portanto, o território de Timor-Português era:

Território formado pela parte oriental da ilha de Timor, pela ilha de Atauro, pelo ilheu de Jaco e por Oecússi, está localizado dentro na parte ocidental da ilha de Timor. Colónia portuguesa de facto 1511 até 1975 e direito ou de jure até outubro de 1999 e é considerado território não-autónomo. Na aceção do artigo 73 da carta sobre administração das Nações Unidas, em processo de transição para independência⁵. É um verdadeiro sabedoria, na palavra de Deus que nasce e crescer um país novo no início de século XXI, é de Timor Leste com apoio da comunidade internacional de fraternidade humana e próprio recurso mínimo de condições do próprio povo de Timor-Leste e apoio de Comunidade Internacional citado por Alexandre (Corte-Real AG & Tilman CB, 2023).

Objetivo: Pretender analisar e expor os Direitos Fundamentais em Timor-Leste e a sua aplicação no contexto real no sistema jurídico no entanto o seu estabelecimento concreto nem sempre adapta à sua efetivação no plano verdadeiro, ou seja a uma boa governação de administração do território, nacional da RDTL.

ENQUADRAMENTO TEÓRITICO

No nosso tempo, exige-se dos juízes que desempenham o papel de criadores de leis. O seu desempenho judicial não se limita apenas à aplicação das leis, mas também a função de legisladores devido à interpretação da lei que são obriga dos a fazer para evitar as lacunas existentes nos códigos legais. O juiz passa a desempenhar por meio da interpretação constitucional ou mudança informal do texto constitucional⁶. Na sociedade atual, portanto a politização do juiz e uma

necessidade, detal sorte que ele, como acentua Chapelete: não pode mais se ocultar, tão facilmente, de trás, da fragilidade de defesa da conctação do direito como norma pre-estabelecida, clara e objetiva na qual pode basear-se a sua decisão de forma neutra. É envolvida a sua responsabilidade pessoal, moral e politica tanto quanto jurídica, sempre que haja no direito de abertura para escolha diversa e experiência de ensina que tal abertura sempre ou quase está presente⁷. O juiz-politico continua imparcial e não cede às pressões de grupos e partidos, quantia limitado à Constituição de modo que a sua politização e tão somente uma expressão, numa sociedade complexa, de um aumento das possibilidades de escolha e decisão de não e um processo de negação ou recusa da legalidade constitucional. Alem desse princípio, apontam- se ainda embora não estejam ligados exclusivamente à interpretação constitucional, os principios da proporcionalidade ou razoabilidade, da presunção de constitucionalidades das leis e da interpretação conforme a constituição, sendo o primeiro um princípio de ponderação ou ponderar, aplicável ao direito em geral, enquanto os dois últimos são utilizados essencialmente no controlo de constitucionalidade de ordens e das leis⁸ citado por (Corte-Real AG & Tilman CB, 2023).

Um ordenamento jurídico só pode ser concebido como um conjunto de normas. É condição de existência de uma ordem jurídica a concorrência de normas. A constituição já mais pode ser entendida como instrumento de desagregação social, assim como um projeto normativo global de ordenação do estado e da sociedade, que se destina assegurar uma coesão sociopolíticos , enquanto condição

indispensável à preservação de qualquer sistema no desenvolvimento de uma sociedade solidária e jurídico. Deste modo, cumprir uma série de normas fraterna¹¹. Mas princípio e norma numa legais presentes na constituição que pressupõe metodologia constitucional conjugam-se para acima de tudo o cumprimento das leis políticas para alcançar um objetivo comum. Por exemplo, os manter a ordem e a estabilidade social e política de princípios fundamentais que constam na um país. Assim, impõe-se que a interpretação Constituição da República Democrática de Timor-constitucional privilegio e os sentidos que Leste (CRDTL). Esses princípios fundamentais favoreçam uma maior integração a política e social estão previstos na parte I da Constituição: A no reforço da unidade política⁹. As normas República; Soberania e Constitucionalidade; constitucionais toda via precisam de desenvolver, Cidadania; Território; Decentralização; Objetivos sair do texto, para regular a realidade com deve do Estado; Sufrágio universal multipartidarismo; manter constante relação. Cumprir ao interpretar a Relações Internacionais; Receção direito tarefa de preservar a força normativa da internacional; Solidaridade; Valorização da constituição através de um trabalho de atualização resistência; O estado as condissões e religiosas; das suas normas, garantido a sua ótima eficácia e Língua oficiais e línguas nacionais; Símbolo permanência¹⁰. A supremacia constitucional Nacionais; Bandeira Nacional¹². Portanto os conduz à exigência de que toda a norma jurídica valores que constam no preâmbulo da Constituição seja produzida a partir dos parâmetros formais e timorense são valores de prosperidade, materiais que nela delieados. Isso significa, em solidariedade, direitos humanos, fraternidade, última análise, que as normas jurídicas separação dos poderes, democracia pluralista, infraconstitucionais devem de confirmar-se com a justiça, culturais, moral, ética, estética e igualdade. constituição da RDTL, resultando da exigência a Estes valores são a força e energiado estado sua constitucionalidade em vigor citado por (Corte desejamos que um dia-se possam realizar Real AG & Tilman CB, 2023).

plenamente. A Constituição timorense baseia-se na legitimidade da assembleia, composta por sete partes: Princípios fundamentais; Direitos, deveres, e a fé em Deus do Avo de Tmor Leste; Reafirma liberdades e garantias fundamentais; Organização solenemente a sua determinação em combater todas económico-financeira; Defesa e segurança as formas de tiraia, a pressão, em dominação e nacionais; Garantia de revisão da Constituição; e segregação social cultural ou religiosas, defender a Disposições finais e transitórias¹³. Estas sete partes independência nacional, respeitar e garante os são compostas por 170 artigos e em termos de direitos humanos e os direitos fundamentais do hermenêutica, seria desejável não contornar aquilo cidadãos, assegurar o principio da separação dos que está formalmente consagrado. Um dos poderes na organização dos estados e estabelecer as exemplos concretos fala sobre a interpretação dos regras essenciais da democracia pluralista, tendo direitos fundamentais, tal como está estipulado no em vista a construção de um país justo e próspero artigo 23 da Constituição da República

Democrática de Timor-Leste, que diz: “Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outras constantes da lei e devem ser interpretados em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos”¹⁴. Timor-Leste, como outros países no mundo que são membros das Nações Unidas já pronunciou a sua adesão nos primeiros tempos da independência, daí que na minha opinião, tem que se submeter a esse princípio de adesão, no nosso conhecimento de percepção académico e científico na implementação em conformidade da lei de Timor citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

Estado são os objetivos que o Estado visa atingir. São fundamentalmente três tipos: a segurança; a justiça o bem-estar económico e social¹⁶. Portanto, para organizar e constituir um Estado, basicamente precisa-se de um padrão para cumprir; o que significaria que o poder político, para assumir a responsabilidade como governante, tem de cumprir as suas obrigações, para ser eleito e para eleger outras pessoas, ou ter a sua predominância sobre um território com a limitação de fronteira claras. Isto tudo ocorre quando há um padrão rígido para regular é isso que chamamos de Lei ou regras de procedimento, e na prática de implementação citado (Corte Real AG & Tilman CB, 2022).

A natureza da Dimensão

Juridicamente na era contemporânea, quando falamos do Estado, falamos praticamente três dimensões de natureza muito importante como condições para o preenchimento de requisitos de um Estado ou seja o Povo, o Território e o Governo. Portanto esse três critérios constituem alicerces fundamentais para um Estado ser considerado como tal. Ao falar de Estado falamos de sociedade política, pois em um interesse comum da sociedade política não existir ao que chamamos Estado de Direito Democrático é fundamental.

O que é uma Constituição

A constituição aparece normalmente devido ao interesse comum ou de um grupo para garantia a sua existência estruturalmente organizada e acontece quando os interesses dos que se manifestam através de um movimento político-jurídico e assinalam este a todo movimento como um sinal histórico que sinaliza o surgimento de um texto solene escrito sobre a garantia política do poder público e as garantias dos direitos individuais ou sociais, constitucionalismo é a teoria (ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos sem dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Neste sentido, o constitucionalismo moderno representará uma técnica especificada limitação do poder com fins germanísticos. O conceito de constitucionalismo transporta assim a teoria de democracia ou teoria do liberalismo¹⁷. Segundo o ponto de vista deste autor o objetivo principal desse movimento jurídico-

Tipo de Estado

No que diz respeito a tipo de Estado, já no passado os doutorados tinham pesquisa do sobre essa área, como tipos de Estado com relações históricas como Estado atual ou porque os uniam uma imediata continuidade histórica, ou porque o conhecimento de uns que tem ha influído sobre os outros. E tais tipos de Estado oriental, o Grego, o Romano e o Medieval moderno¹⁵. Os fins do

político é chegar a uma limitação no poder público e também uma situação de garantia dos direitos fundamental de cada país citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

História da Constituição Timorense

A ordem jurídica timorense tem crescido ao ritmo da construção do próprio estado soberano, revogando e substituindo gradualmente por legislação própria as normas verdadeiras da Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET 1999-2002) e da ocupação Indonésia (1975-1999). Por isso, extensas e diversas áreas que guardam a intervenção reguladora do legislador timorense. O código civil, por exemplo; já publicado em 2011, apenas entrou em vigor em 2012. Nos tribunais apesar de intervenções substantivas, persiste o regime transitório legado

pelas Nações Unidas. Por fim, a produção doutrinária

só a partir de 2010 começou a poder contar com juristas formados pela Faculdade de Direito

da Universidade Nacional de Timor-Leste. As assimetrias do Direito timorense, refletidas na jurisprudência e ampliadas por uma incipiente “ciência do direito”, correspondem às especiais dificuldades enfrentadas no trabalho de notação da Lei fundamental¹⁸⁽²⁹⁴⁾. A constituição Timor-Leste preenche os requisitos acima mencionados, quanto ao conteúdo é escrita, dogmática, democrática e rígida; podemos perceber isso atendendo ao que está escrito na lei e as normas aplicadas, citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste entra em vigor a 20 de maio de 2002 (artigo 170) o que determina a extinção da Administração

Transitória das Nações Unidas (UNTAET), instituída em setembro de 1999 pela Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas no 1272, de 25 de outubro de 1999. Mantém-se em funções o I e II Governo Transitório (artigo no 168) até à nomeação e empossamento do I Governo Constitucional pelo Presidente da República eleito ainda no período de transição (Regulamento UNTAET no. 2002/01), o qual nesse momento assume as competências e cumprir o mandato que previsto na constituição da república no (artigo 169). Com a entrada em vigor da Lei Fundamental, a Assembleia Constituinte (1975-1999) converte-se em órgão legislativo ordinário (Parlamento Nacional) como previsto no artigo 167 timorense. O código civil, por exemplo; já “A organização judiciária herdada da UNTAET mantém-se em funcionamento até à instalação e início de funções do novo sistema judiciário no (artigo 163)¹⁸.

A correlação entre Constituição, Estado e Direito Constitucional

Quando falamos sobre a efetividade dos direitos fundamentais na RDTL/2002 indicia que Timor-Leste adota o princípio do Estado de direito democrático, o que significa que é um fator importante do assunto em debate, isto é há uma vinculação quanto ao aspeto jurídico, político, filosófico assim como no aspeto científico teórico. Portanto, há três vertentes importantes que consideramos: Constituição, Estado e Direito Constitucional. Essa três vertentes têm as suas relações de carácter jurídico científico e fazem com que produz ao efeito jurídico-constitucional, isto é o

ramo de Direito que tratam e realmente o direito positivo, onde-se estuda o funcionamento de carácter jurídico-constitucional em vigor ou seja

podemos dizer que equivale à constituição formal de um Estado. No caso do direito constitucional Timorense, o princípio republicano concretiza-se logo, segundo a primeira dimensão referida, no facto de haver um Presidente da República, democraticamente legitimado comum conjunto de competências constitucionais efetivas, das leis de Timor-Leste por ordem legal, citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

O princípio de Estado de direito democrático

O princípio do estado de direito democrático ocupa um lugar de grande relevo entre os princípios fundamentais. E pode sintetizar-se em três elementos: Juridicidade; Constitucionalidade e Direitos fundamentais. O estado de direito só é

verdadeiramente enquanto a sua organização e funcionamento assentam no direito e não na prepotência¹⁹. A questão do Princípio do Estado de Direito Democrático, surge como um dos princípios fundamentais do Estado Timorense, e está previsto no primeiro artigo de Constituição da República Democrática de Timor Leste em conformidade de vigor no país citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

REVISTA DA LITERATURA

A democracia na sociedade contemporânea é conhecida como poder que reside no povo no quadro de um Estado soberano organizado. Assim, dá-se o nascimento deste regime político em vários países proliferando as suas ideias a todos os povos de todo mundo. A democratização em Timor-Leste, vista por aquilo que está inserido legalmente na Constituição da República Democrática de Timor-Leste ao 2002, onde é firmado nos artigos que em

termos da Constituição é obrigatoriamente ser aplicado ou seja é uma demanda constitucional, sobre essa democratização de liberdade, igualdade e estado de direito. O estado de timorense é um estado que comunga o espírito da democracia, onde esse princípio constata na Constituição da República Democrática de Timor Leste, vê-se logo no preâmbulo da Constituição no penúltimo parágrafo que se fala sobre uma democracia pluralista²⁰. Num outro aspeto, a democracia do estado é também referida no artigo primeiro da CRDTL, que da constituição se estabelece o estado timorense é um estado soberano, que se baseia no estado de direito democrático, significa que é um estado regulado pela Leis.

O estado timorense, utilizando meios constitucionais como fonte jurídica máxima do país criar meios para que possa uma participação democrática no seio do povo, nas tomadas das decisões do interesse público do país. Entretanto, está a concentrar no governo central os poderes constitucionais como a separação dos poderes da soberania e o controlo dos órgãos competentes sobre o funcionamento do Estado timorense. Outro objetivo desse pensamento é criar meios sistemáticos através das leis e condições para os povos nos lugares mais remotos possam ter igual oportunidade aos outros na participação dos problemas locais e regionais, que em termos geográficos apresentam sérias dificuldades no acesso ao governo central. Neste aspeto e voltaram os para a filosofia de estabelecer um estado timorense que inspira num estado de direito democrático, significa o programa do estado quer no curto prazo, médio e longo prazo de

desenvolvimento é adquirir metade o povo fundamentais do cidadão em relação à escolhidas timorense denoção democrático, de justiça e como pessoas que querem como principal chefe do respeito de valor de dignidade humana e bem-estar governo. Assim é constituído um estado direito do povo ou seja o bem-estar de viverem todos os democrático. Constituição timorense garante os modos de vida. Para se obter este e elevado por direitos de deveres dos seus cidadãos, criou leis fim, a política mais adequada a ter em conta para o para que esse direitos possam a vir ser concretizado estado timorense é a política de democratização de uma forma legal e sistematicamente todos os participativa. Neste sentido, um aspecto importante povos podem ser envolvidos no sistema a ter em conta é a via legal utilizada unicamente democrático. Na verdade, com esta conjuntura pelo legislador, que permite a legitimação de todas social, enrique-se a sociedade moderna, onde existe as camadas sociais e o envolvimento no mecanismo e prevalece um espírito de estado de direito de decisão pública. Todo este processo possibilita democrático relacionado com a garantia da uma maior abertura às organizações sociais na constituição sobre a efetividade dos direitos realização de atividades concretas que permitem fundamentais na RDTL. Na constituição RDTL, uma participação mais ativa no desenvolvimento da consagra-se isto no artigo 43, que daria margem aos construção do estado. cidadãos timorenses a concretizar os seus desejos da

associação em relação manifestar publicamente os

Quanto à democratização em Timor-Leste, seus desejos, opiniões, convicções em publico juridicamente está a ser vinculada a constituição desde que esteja no assento de crimes²² citado por RDTL, onde alguns artigos na constituição (Corte-Real AG & Tilman CB, 2023).

timorense serão mais apropriados isto é : artigo 1,

alínea 1 que trata de estado de direito democrático a Os direitos fundamentais de Timor- Leste estão soberania e a vontade popular no respeito da essencialmente interligados com os principios da dignidade humana²¹. O sistema de estado direito universalidade, em consonância com a adesão nas democrático cria condições comuns, isto nos convenções internacionais. Podemos ainda reforçar momentos de todos os tipos de eleições dentro do neste sentido, que os direitos fundamentais reflete país. Deste modo, as instituições públicas devem me encontram-se em conformidade com a fornecer meios para uma instrução constituição RDTL 2002. Num outro aspeto, o consciencialização do povo para a realização em Parlamento Nacional desempenha a sua função termos concretos da democracia. Desta forma o como legislador, legisla as leis que favorece os povo irá ser instruído no sentido de saber viver interesse dos direitos das mulheres, em esse aspeto numa sociedade livre a nível de escolha se na altura em conformidade com a constituição RDTL, de participar no tomada de decisões importantes a enquadra-se no regime dos direitos fundamentais. nível da nação possa exercer o seu direito de forma Para garantir a correcta aplicação da lei, os consciente e ponderada. Só assim que se pode legisladores devem ter em consideração os valores cumprir o objetivo da efetividade dos direitos culturais e assim pode ser garantida a eficácia na

aplicação das normas, quer no aspeto dos direitos consta nos artigos: 40; Liberdade de expressão fundamentais constitucionais como também as leis de informação, artigo 41; Liberdade de imprensa e dos comuns, que existem no nosso país na meios da comunicação social. Artigo 42; Liberdade de reunião e manifestação, artigo 43; Liberdade de associação, artigo 44; Liberdade de circulação e artigo 45: verdade de consciência de culto duração.

DISCUSSÃO

Em termos gerais uma constituição do estado tem toda a liberdade de usufruir em normalmente abrange a Organização do estado e a conformidade como aquilo que está consensado sua estruturação, bem como as suas funções e nos artigos acima mencionados. Cabe ao estado separação dos poderes da soberania e as funções mediante os governantes criar em leis que dos órgãos da soberania. Democratização do poder vinculamente as liberdades constitucionais e os quer o que está no governo central, assim como no seus cidadãos. Numa democracia moderna, num poder local que esses poderes são possuí do se contexto estado de direito democrático, a adquiridos através do direito ao sufrágio universal, efetividade os direitos de cidadão se proteger e questão dos direitos humanos, direitos garantir a liberdade do individuo ou do povo, fundamentais e por fim o mais importante de todos sendo que a liberdade de expressão e informação é uma constituição que respeita o máximo possível do individuo é garantida pela Constituição criada a questão da dignidade da pessoa humana. A para proteger essa liberdade²³. Na verdade, com constituição timorense garante os direitos se está conjuntura social, enrique-se a sociedade deveres dos seus cidadãos, criou as leis para que moderna, onde existe e prevalece um espírito do esse direitos possam vir ser concretizados de uma estado de direito democrático, relacionado com a forma legal e sistematicamente todos os povos garantia da Constituição sobre a efetividade dos podem ser envolvidos no sistema democrático no direitos humanos e fundamentais da RDTL.

seu próprio país e estrangeiros de acordo com o resultado de investigação citado por (Corte Real A Constituição da RDTL, consagra-se isto no AG & Tilman CB, 2023). artigo 43, que daria margem aos cidadãos timorenses a concretizar os seus desejos de

A liberdade na expressão como uma cidadão ou associação em relação de manifestar publicamente um simples individuo que pertence a um povo de os seus desejos, opiniões, convicções em público um estado do soberano, está consagrado na desde que estejas entre de crimes²⁴. Em Timor-constituição do país. Na constituição de RDTL Leste existe a liberdade de imprensa garantida consagrado na parte II, que fala sobre Direitos, juridicamente, que está consignada na constituição Deveres, Liberdades e Garantias Fundamentais e da república onde o estado autoriza a liberdade de no título II, que diz a respeito de Direitos, expressão dos seus cidadãos através de meios de Liberdades e Garantias Pessoais, principalmente comunicação social. Isto significa que existe a

proteção de expressão e informação perante o execuções do estado perante o interesse comum e público ou a sociedade. Num país do estado de privado. Para garantir uma boa governação em direito democrático, a democratização é também a Timor- Leste as organizações não governamentais aceitação de várias conceções e ideologias, (ONG), também se envolvem e funcionam como porque a liberdade de pensamento enriquece a objetivo de controlar e monitorizar o trabalho do sociedade. Em outros aspeto é respeitar o direito do governo em matérias de acompanhamento de cidadão em particular e o respeito pelos direitos controlo e monitorização de todos os serviços e humanos em geral. Este cenário intensifica-se a gestão. Assim, como na administração pública e articularmente em Timor-Leste, dado que ainda é implementação dos projetos em campo de trabalho um país relativamente inexperiente nomeadamente a investigação realizada por ordem democraticamente, necessitam de várias leis e citado por (Corte-Real AG & Tilman CB, 2023).

ordinárias para garantir as liberdades individuais e coletivas. O povo timorense reunirá assim todas as Os diretos fundamentais de Timor- Leste estão garantias de uma vida que repleta de dignidade no essencialmente interligados com os princípios da que respeita aos direitos humano se aos direitos universalidade, em consonância com a adesão nas fundamentais, deve respeitando sempre a dignidade Convenções Internacionais. Podemos ainda referir da pessoa humana, em qualquer parte do mundo neste sentido, que os direitos fundamentais em especial Timor-Leste citado por (Corte Real refletem e encontram-se em conformidade com a AG & Tilman CB, 2023).

direitos fundamentais em consonância com a A democratização na administração pública é uma mesma constituição de timorense no que diz das políticas que tem por finalidade não criar respeito à garantia dos direitos de todos os muita burocracia no seio da administração pública, cidadãos , de especial caso em Timor Leste, onde isto é incentivar a política de cada burocracia, a ao respeito pelo a ser humano deve ser dignificado transparência, garantir um bom atendimento ao e valorizando suprimin a pressão. Portanto, como público, em que todos esses atos garante em boa que Timor-Leste pertence ao estado membro das gestão da administração de estado ao povo. A base Nações Unidas em relação às Convenções legal da administração pública em Timor- Leste é Internacionais sobre os direitos humanos tem por na Constituição da República, onde está inserido obrigatoriedade cumprir o princípio consignado, no artigo 137 da mesma constituição da RDTL- sendo um dos que tem são importantes nesse 2002: princípio da administração pública; que aspeto a questão do princípio de igualdade. Assim, basicamente regula o espírito da administração também em conformidade com a ordem pública em Timor- Leste como na aplicação em constitucional, que se refere no artigos 16 e 17 a todo os país do mundo. O que significa, a norma constituição da RDTL, sobre e não a discriminação regulamentada permitem ou garantia de da igualdade de mulheres e homens timorense. Em supremacia ao estado para exercer sobre todas termos dos direitos fundamentais como cidadão

mesmo que vive nas áreas remotas, qualquer sociedade com base da justiça social, criando o bem cidadão tem todo o direito de usufruir dos seus estar material e espiritual dos cidadãos²⁵.

direitos civis, políticos, económico, social cultural

em conformidade com aquilo que este estipulado No tempo do governo transitório chefiado pelas no artigo 23 da CRDTL, onde a lei fundamental Nações Unidas em 2000 foi criado um designada que cidadão adquire os seus direitos regulamento de 2000/15 de 6 de junho, foi fundamentais, sendo o lugar ou espaço geográfico, estabelecido um Tribunal Internacional Especial para julgar esses crimes graves com a categoria raça, cor, religião, status social e etc.

ou características de uma forma geral, isto é

No estado de direito democrático, o princípio julgar crimes de genocídio, crimes de guerra, fundamental ou espírito do princípio e “Rule of crimes contra a humanidade, crimes de Law” ou seja, a Supremacia de Lei, o que significa homicídio, crimes de ofensas sexuais e crimes que todos os interesses dos cidadãos serão de tortura. Quanto à composição dos juízes organizados pela constituição ou Lei que estabelece internacionais de grau mérito e um juiz dentro de um estado. O simples facto de não instalar timorense, os casos dos crimes graves só ser em alguns tribunais significa indiretamente que o julgados em Timor-Leste e o processo do tempo estado ignora ou abandona a área de justiça onde os do mandato sem uma limitação do tempo ou seja interesses dos cidadãos. O estado ou o governo o processo de julgamento funcionava durante o devem cumprir rapidamente as suas obrigações ou tempo da transição ou enquanto Timor-Leste seja que devem estas instituições manifestará ainda estava sob a responsabilidade governativa coesão de cumprir a ordem constitucional, como das Nações Unidas se entre *agosto* de 1999 até por exemplo a obrigação de constalar os tribunais 19 de maio de 2002. Depois de Timor-Leste em breve, criar leis sobre os estatutos apropriados obter a sua soberania como um país que determinam a constituição da organização e o independente através do reconhecimento funcionamento dos respetivos tribunais e também internacional, esse regulamento sofreu uma criar as leis. A democracia popular garante a alteração, principalmente por já não estar sob a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões orientação das nações unidas a partir de 20 de baseadas no espírito do pluralismo político no seio maio 2002, que passou a ser da responsabilidade do povo e só essa mesma condição poderá alcançar dos timorenses o que significou que o jurisdição o objetivo do estado em conformidade como que nessa área da justiça passou também a ser da está articulado no artigo 6, alínea b e alínea e da responsabilidade com pleno poder dos próprios constituição timorenses, isto é garantir e promover timorenses, de acordo com resultado de pesquisa os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023). e o respeito pelos princípios do estado de direito democrático; promover e modificação de uma

CONCLUSÃO

A independência de Timor-Leste em 20 de Maio de 2002 foi um dos maiores marcados da história do povo timorense, que durante alguns décadas sofreu verdadeiras atrocidades e violações aos direitos humanos por parte do governo e militar ocupante indonésio. Todas estas atrocidades foram condenadas solenemente pelos líderes revolucionários e também por parte da Igreja, quase manteve firme na luta pelo povo timorense. A solidariedade dos países de Língua Portuguesa perante Timor- Leste foi uma constante, partilhando sentimentos de fraternidade e reforço dos laços amizade e humanos. Todos estes acontecimentos, políticos e sociais, fizeram com que Timor- Leste atravessa-se várias mudanças principalmente a nível constitucional, nomeadamente no seu estatuto jurídico constitucional. A implementação da constituição da República Democrática de Timor-Leste, fez nascer em estado novo, soberano e democrático. Timor-Leste adquire assim poder absoluto do ponto de vista legislativo, executivo e judicial. Neste contexto, a interpretação constitucional adquire uma papel de grande e relevo, isto porque como é um estado recente necessita de consolidar todos os seus órgãos soberania citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

Várias mudanças são visíveis no Estado de Timor- Leste, mesmo sendo um estado recente e prematuro, principalmente com a abolição dos maus trato de violações dos direitos humanos e atentados contra a dignidade humana dos seus cidadãos. Deste modo, adoptando todas estas

necessidades do Estado de Timor-Leste poderá no futuro realizar uma revisão constitucional, onde deverá incluir o tribunal constitucional de RDTL, separando de Supremo Tribunal de Justiça, isto é possui de um Tribunal Independente, com vista uma competência judicial própria para julgar casos de eleições em fraude organizado e outros casos constitucionais, de violação estruturada de acordo resultado de pesquisa científica do ponto de situação académica citado por (Corte Real AG & Tilman CB, 2023).

REFERENCES

1. Chrystello J.C., *Crónicas: Uma Circunavegação de Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até Açores*; Editor Calendário de Letra, 2011.
2. Miccoli., *A Luta de Timor Lorosa'e pela Sua Liberdade*. Disponível : <http://www.google.com.br>: acesso:março 2008.
3. Timor Lorosa'e., *A Presença Portuguesa em Timor Lorosa'e*. Disponível: <http://www.google.com.br>: acesso:março 2008.
4. Figueredo F.A., *A Presença Portuguesa 1769-1945*. Universidade do Porto; Faculdade de Letras, 2004.
5. Belo C.X., *Um Açoriano, Missionário Em Timor*. Prémio Nobel da Paz, 1996.
6. Caetano M., *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. Manuais da Faculdade de Direito de Lisboa; Coimbra Editora. 6 Edição 2015.

7. Cunha P.F., Direitos Fundamentais- Fundamentos & Direitos Sociais ,Direitos de Ciências Políticas. Coleções Esrasmos Ensaio & Monografias, 2014.
8. Novais J.R., As Restrições aos Direitos Fundamentais não espressamente autorizadas pela Constituição. Editora Coimbra, 2010.
9. Tamer S.V., Atos Polícos e Direitos Sociais na Democrácias:um Estudo sobre Contolo e dos Atos Políticos e Garantia Judicial dos Direitos Sociais. Editora Sérgio António Fabris, 2005.
10. Urbano M.B., Curso de Justiça Constitucional; Evolução História e Modelos do Controlo da Constitucionalidade. 2 Edição, Almedina, 2016.
11. Vanconcelos P.C.B., International Seminar; A construção do Estado, a Justiça e o ensino do direito em Timor Leste. EDUM, 2013.
12. Vanconcelos P.C.B., Constituição República Democrática Timor Leste/CRDTL. 2002.
13. Barrosa L.B., Interpretação e Aplicação da Constituição República Democrática Timor Leste, 2004.
14. Canotilha J.J.G., Direito Constitucional e Teoria da Constituição e Teoria da Constituição. Reimpressão: Almedida, 2003.
15. Agra W.M., Manual de Direito Constitucional; Revista dos Tribunais. 2002.
16. Corte Real AG & Tilman CB, 2022, <http://www.ajcmrr.com>
17. Sarmiento D., Egaldinho F., Direitos Fundamentais-Estudo do Homenagem. Renovar; Rio de Janeiro; 5 Paulo e e Recife, 2006.
18. Camargo., M.N.,Organizar ; Literaturas, Complementares de Conticuicional.Direitoss Fufamentos., Edication. Diretos Fundamentais; 2 edifiçã: Revista e ampliada; Editora, 2007.
19. Regulamento Untaet Novembro de 1999,. Regulamento no.1999/, Sobre Os Poderes de Administração Transitório em Timor Leste; 2008.
20. Nunes R., O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana;Doutrina e Jurisprudência; Editora Saraiva, 1 Edição, 3Tiragem; 2007.
21. Jerinomo P., Os Direitos fundamentaisno Constituição Republica Democrático Timor Leste e na prudência do Tribunal de Recurso. Estudos de Homenagem o Prof.Doutor Jorge Miranda;Editora Coimbra, 2012.
22. Patrícia G.T., (Juristas). Auto Determinação em Timor Leste: Dos Acordos de Nova Iorque à Consulta Popular de 30 de agosto de 1999;382,Documentação e Direito Comparado no.79/80 1999. Acesso: Fevereiro 2008.
23. Silva A.T.M., Princípio da Soberania Popular. Editora Coimbra, 2006.
24. Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Direitos Humanos Genebra., Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos; Procuradoria-Geral da Republica Gabinete de Documentação e Direito Compar ado. Ficha Informativa no.13, 2002.

25. Patrícia G.T., (Juristas). Portugal e Resolução Pacífica de Conflitos: O Caso de Timor Leste. 2004.